

A ESCOLA COMO TERRITÓRIO DE PENSAMENTO: PERMANÊNCIA E EMANCIPAÇÃO FILOSÓFICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

THE SCHOOL AS A TERRITORY OF THOUGHT: PERMANENCE AND PHILOSOPHICAL EMANCIPATION IN YOUTH AND ADULT EDUCATION

Orlandy de Souza Melo¹

Resumo:

Este artigo propõe uma reflexão sobre a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), analisando suas causas e implicações à luz da democracia radical de Jacques Rancière. A partir da Filosofia como prática de criação de conceitos e leitura crítica da realidade, discute-se como o ensino filosófico pode contribuir para a permanência dos estudantes, promovendo escuta, reconhecimento e emancipação. A pesquisa se fundamenta em uma abordagem teórico-reflexiva, articulando autores como Rancière, Deleuze e Velasco, com experiências vividas em contextos educacionais. Conclui-se que filosofar é resistir ao silenciamento e afirmar a potência da palavra de qualquer um.

Palavras-chave: Evasão escolar, EJA, Filosofia, Democracia radical, Emancipação

Abstract:

This article reflects on school dropout rates in Youth and Adult Education (EJA), analyzing their causes and implications in light of Jacques Rancière's radical democracy. Drawing on philosophy as a practice of concept creation and a critical reading of reality, the study discusses how philosophical education can contribute to student retention by fostering listening, recognition, and emancipation. The research is grounded in a theoretical-reflective approach, connecting authors such as Rancière, Deleuze, and Velasco with lived experiences in educational settings. It concludes that philosophizing means resisting silencing and affirming the power of anyone's voice.

Keywords: School dropout, EJA, Philosophy, Radical democracy, Emancipation

¹ Mestrando em Filosofia (PROF-FILO/UFCG). E-mail: orlandymelo1978@gmail.com,

Introdução

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um fenômeno que transcende os números e estatísticas. Ela revela histórias interrompidas, trajetórias marcadas por exclusão, invisibilidade e falta de escuta. Em um país como o Brasil, onde mais de 50 milhões de pessoas não concluíram a educação básica (IBGE, 2022), a EJA representa não apenas uma oportunidade de retomada, mas também um campo de tensões, onde o direito à educação se confronta com estruturas que ainda não reconhecem plenamente os sujeitos que ali chegam.

A escola, muitas vezes, não está preparada para acolher os tempos, os saberes e os desejos desses estudantes. Como afirma Paulo Freire (1996), “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”. No entanto, o modelo escolar tradicional insiste em hierarquizar vozes, silenciar experiências e impor uma lógica de explicação que desautoriza o pensamento autônomo. Nesse contexto, a evasão não pode ser vista apenas como ausência física, mas como resultado de um silenciamento simbólico, uma recusa institucional em reconhecer o outro como sujeito de palavra.

Este artigo propõe uma reflexão sobre a evasão escolar na EJA à luz da filosofia da democracia radical de Jacques Rancière. Ao deslocar o olhar da ausência para o dissenso, buscamos compreender como o ensino de Filosofia pode se tornar uma prática emancipadora, capaz de promover a permanência dos estudantes por meio da escuta, do reconhecimento e da valorização da palavra de qualquer um. Para Rancière (2002), “a emancipação começa quando se percebe que a explicação não é necessária, que o estudante é capaz de pensar por si mesmo”. Essa ruptura com a lógica da explicação abre espaço para o encontro, para o conflito produtivo e para a transformação.

A escolha da Filosofia como eixo central não se dá por acaso. Trata-se de uma disciplina que, quando vivida como experiência de pensamento e criação, pode romper com os mecanismos de reprodução e abrir espaço para o novo. Como destacam Gallo, Cornelli e Danelon (2003), o ensino de Filosofia não é apenas transmissão de conteúdos, mas uma prática que envolve posicionamento ético, político e pedagógico. Essa perspectiva reforça a proposta deste artigo ao considerar a Filosofia como uma ferramenta de emancipação na EJA, capaz de provocar deslocamentos, mobilizar afetos e afirmar subjetividades. Gilles Deleuze (1992) afirma que “filosofar é criar conceitos”, e essa criação só é possível quando há espaço para o pensamento como potência, não como repetição. Ao lado de Rancière e Deleuze, recorreremos também a Jorge Larrosa e Miguel Velasco, que defendem uma educação que valorize o tempo da escuta, da experiência e da palavra. Além deles, temos Patrícia Velasco, Giselle Schnorr, Miguel Arroyo Valter Rodrigues, Alejandro Cerletti, Silvio Gallo e Paulo Freire.

Inspirados por esses autores, articulamos uma abordagem teórico-reflexiva que dialoga com experiências vividas em contextos educacionais da EJA, especialmente aquelas em que o ensino de Filosofia se mostrou capaz de mobilizar afetos, provocar deslocamentos e afirmar subjetividades. Nosso objetivo é afirmar que filosofar com jovens e adultos é um ato político, um gesto de resistência ao silenciamento e de afirmação da potência de pensar. Como diz Larrosa (2002), “a experiência é aquilo que nos passa, ou que nos toca, ou que nos acontece”.

A estrutura do artigo se organiza da seguinte forma: inicialmente, discutimos o contexto da EJA e o silenciamento dos sujeitos; em seguida, apresentamos os fundamentos da democracia radical; depois, exploramos o ensino

de Filosofia como prática emancipadora; e, por fim, propomos uma leitura da evasão como resistência e da permanência como ato de palavra.

A EJA e o silenciamento dos sujeitos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) nasce como resposta a uma dívida histórica que ainda persiste: milhões de brasileiros foram privados do direito à educação básica em sua infância e adolescência, seja por condições socioeconômicas, seja por estruturas excludentes que marginalizaram suas trajetórias. A EJA, portanto, não é apenas uma modalidade de ensino, é um espaço de reparação, de retomada e, potencialmente, de emancipação.

Contudo, os sujeitos que chegam à EJA não chegam em branco. Carregam consigo marcas profundas de exclusão, de fracasso escolar, de invisibilidade social. Muitos enfrentam jornadas de trabalho exaustivas, responsabilidades familiares intensas e uma memória escolar marcada por desvalorização e humilhação. Como aponta Arroyo (2006), “os sujeitos da EJA são sobreviventes de um sistema que os excluiu, que os ignorou e que agora os recebe com desconfiança e despreparo”.

A evasão, nesse contexto, não pode ser lida como simples desistência. Ela é, muitas vezes, um grito silencioso contra um sistema que não escuta, não acolhe e não reconhece. A escola, ao exigir do estudante uma adequação a padrões meritocráticos e tecnocráticos, ignora sua realidade concreta. O currículo é distante, a linguagem é inacessível, e a relação pedagógica se estrutura em hierarquias que silenciam. Como afirma Miguel Arroyo (2013), “a escola continua a ser um espaço que exige submissão, que não reconhece os saberes populares, que não escuta os tempos e os modos de vida dos sujeitos da EJA”.

Esse silenciamento é também simbólico. É a negação da palavra, da escuta, da possibilidade de pensar e ser reconhecido como sujeito legítimo. Jacques Rancière (2002) nos ajuda a compreender esse processo ao afirmar que “a partilha do sensível define quem pode falar, quem pode ser ouvido, quem pode ser visível”. Na EJA, muitos estudantes não são sequer considerados interlocutores válidos. Sua palavra é desautorizada antes mesmo de ser pronunciada.

A evasão escolar, nesse sentido, pode ser interpretada como uma forma de resistência silenciosa. O estudante se retira de um espaço que não o reconhece, que não o escuta, que não o vê. Como diz Larrosa (2002), “a experiência só acontece quando há escuta, quando há tempo, quando há reconhecimento”. Sem isso, o sujeito não permanece, não por falta de interesse, mas por falta de pertencimento.

Reconhecer esse silenciamento é o primeiro passo para pensar uma escola que acolha, que escute e que transforme. A EJA precisa ser mais do que um espaço de certificação. Precisa ser um território de encontro, de reconstrução de trajetórias, de afirmação de subjetividades. E é nesse ponto que a Filosofia pode se tornar uma prática potente, capaz de romper com o silêncio e afirmar a palavra de qualquer um. Como propõe Rancière (2002), “qualquer um é capaz de pensar, qualquer um é capaz de filosofar, desde que lhe seja dada a chance de falar e ser ouvido”. Os sujeitos da EJA trazem consigo saberes que desafiam o modelo escolar tradicional. Gallo *et al.* (2003) apontam que o ensino de Filosofia deve ser sensível às singularidades dos estudantes, reconhecendo suas trajetórias como ponto de partida para o pensamento.

A escuta, nesse contexto, não é apenas uma técnica pedagógica. É um gesto político. É o reconhecimento de que o outro tem algo a dizer, que sua experiência importa, que sua palavra tem valor. A Filosofia, vivida como experiência de

pensamento, pode abrir esse espaço. Pode transformar a sala de aula em um lugar de dissenso, de criação, de encontro. E, talvez, seja justamente aí que a permanência se torne possível, não como obrigação, mas como escolha, como desejo, como afirmação.

Democracia radical: a filosofia de Jacques Rancière

Jacques Rancière propõe uma ruptura profunda com as concepções tradicionais de política, educação e poder. Para ele, a democracia não é apenas um regime de governo, mas uma prática de dissenso, uma afirmação radical da igualdade de inteligência entre todos os seres humanos. Em sua obra, Rancière desafia as estruturas hierárquicas que organizam tanto o espaço político quanto o espaço escolar, afirmando que “qualquer um é capaz de pensar, qualquer um é capaz de falar, qualquer um é capaz de governar” (RANCIÈRE, 2002, p. 17). A crítica de Rancière à lógica da explicação encontra eco na obra de Gallo, Cornelli e Danelon (2003), que defendem uma Filosofia que não hierarquiza saberes, mas que se constrói no encontro entre sujeitos pensantes, em um espaço de dissenso e pluralidade.

Essa concepção confronta diretamente a lógica da explicação que domina a pedagogia tradicional. Nela, o mestre é aquele que sabe, e o estudante é aquele que precisa ser conduzido ao saber. Rancière denuncia essa estrutura como uma forma de perpetuação da desigualdade. Em *O Mestre Ignorante*, ele afirma que “explicar é sempre pressupor uma inferioridade” (RANCIÈRE, 2002, p. 25). Para ele, o verdadeiro educador é aquele que confia na inteligência do outro, que provoca o pensamento sem impor caminhos, que escuta sem hierarquizar.

Essa visão tem implicações profundas para a Educação de Jovens e Adultos. Ao afirmar que qualquer um pode pensar, Rancière nos convida a reconhecer os estudantes da EJA como sujeitos intelectuais, como pensadores legítimos, como vozes que importam. A democracia radical, nesse sentido, não é apenas uma teoria política, é uma prática pedagógica que transforma a sala de aula em espaço de escuta, de dissenso e de emancipação.

O dissenso, conceito central em Rancière, é a interrupção da ordem sensível que define quem pode falar, quem pode ser visto, quem pode ser reconhecido. É o momento em que o invisível se torna visível, em que o inaudível toma a palavra. Na escola, o dissenso acontece quando o estudante que sempre foi silenciado se levanta e fala, quando sua experiência é valorizada, quando sua presença é reconhecida como legítima. Como afirma o autor, “o dissenso não é apenas um desacordo de opiniões, mas uma reconfiguração do sensível” (RANCIÈRE, 1996, p. 69).

Aplicar a democracia radical à EJA é afirmar que a escola não pertence apenas aos que dominam a linguagem acadêmica, mas também aos que chegam com saberes populares, com histórias de luta, com experiências de mundo. É transformar o espaço escolar em território de encontro entre diferentes formas de pensar, de viver e de existir. Como diz Miguel Arroyo (2013), “os sujeitos da EJA não são carentes, são portadores de saberes, de culturas, de resistências”.

Essa perspectiva exige uma mudança profunda na postura docente. O professor deixa de ser o detentor do saber e passa a ser um provocador de pensamento, um facilitador de encontros, um escutador atento. A sala de aula se torna um espaço de criação, onde o conhecimento não é transmitido, mas

construído coletivamente. Como propõe Larrosa (2002), “educar é abrir espaço para que algo aconteça, para que alguém se transforme”.

A democracia radical, portanto, não é uma utopia distante. É uma prática cotidiana, feita de gestos simples: escutar sem interromper, perguntar sem julgar, reconhecer sem hierarquizar. Na EJA, esses gestos podem significar a diferença entre a evasão e a permanência, entre o silêncio e a palavra, entre a exclusão e a emancipação.

Filosofia como prática emancipadora na EJA

A Filosofia, quando vivida como prática de pensamento e criação, pode se tornar uma ferramenta poderosa de emancipação. Mais do que transmitir conteúdos históricos ou doutrinários, filosofar com jovens e adultos é abrir espaço para que pensem a partir de suas próprias experiências, para que nomeiem o mundo com suas palavras, para que se reconheçam como sujeitos capazes de intervir na realidade. Como afirma Paulo Freire (1996), “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Filosofar, nesse sentido, é mediar o mundo com a palavra, com o pensamento, com a escuta.

Gilles Deleuze propõe que a Filosofia é a criação de conceitos, criar conceitos é criar mundos, é pensar o que ainda não foi pensado, é afirmar a diferença. Em *O que é Filosofia?*, Deleuze e Guattari (1992) afirmam que “filosofar é inventar, fabricar, criar conceitos”. Na EJA, essa abordagem permite que os estudantes não apenas aprendam Filosofia, mas vivam filosoficamente: refletindo sobre suas trajetórias, questionando normas, reinventando sentidos. A Filosofia deixa de ser uma disciplina distante e se torna uma prática cotidiana de resistência e reinvenção.

Como aponta Patrícia Velasco, o Ensino de Filosofia constitui um campo de conhecimento autônomo, com um estatuto epistemológico próprio, situado no entrelaçamento entre questões educacionais e problemas filosóficos. Essa perspectiva permite compreender a prática filosófica na EJA não como uma adaptação simplificada da Filosofia acadêmica, mas como uma atividade formativa que reconhece os sujeitos como pensadores legítimos, capazes de produzir sentido e questionar o mundo. Nesse sentido, o Ensino de Filosofia assume uma função emancipadora, ao promover o pensamento crítico e o reconhecimento dos saberes dos educandos, especialmente em contextos marcados por trajetórias de silenciamento e exclusão (VELASCO, 2022).

Carlos Velasco, por sua vez, entende a Filosofia como leitura crítica da realidade. É olhar para o mundo com olhos inquietos, é perguntar o que parece óbvio, é desconfiar das verdades prontas. Em *Educação e escuta*, Velasco (2010) defende que “filosofar é escutar o mundo e os outros com atenção radical, é permitir que o pensamento aconteça onde menos se espera”. Na EJA, essa leitura crítica é essencial: os estudantes chegam com histórias marcadas por injustiças, por exclusões, por silenciamentos. Filosofar é permitir que essas histórias sejam ditas, escutadas e transformadas em pensamento.

Como aponta Alejandro Cerletti (2009), o ensino de Filosofia deve ser compreendido como um problema filosófico, e não apenas como uma questão metodológica ou didática. Ensinar Filosofia implica tomar decisões conceituais sobre o que significa filosofar, quem pode filosofar e em que condições esse ato se torna possível. Essa perspectiva desloca o foco da transmissão de conteúdos para a

criação de espaços de pensamento, onde o educador e os educandos se tornam coautores de uma experiência filosófica singular. Na EJA, essa abordagem é especialmente potente, pois reconhece os sujeitos como capazes de pensar criticamente sobre suas próprias trajetórias, promovendo uma prática emancipadora que desafia os silenciamentos históricos.

A prática filosófica na EJA também pode se beneficiar de uma abordagem que reconheça a diversidade epistemológica e cultural dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, Giselle Moura Schnorr (2018) propõe uma ampliação do campo filosófico ao incluir perspectivas de gênero e da Filosofia Latino-Americana, historicamente marginalizadas nos currículos tradicionais. Ao defender a valorização de saberes produzidos em contextos periféricos e por sujeitos historicamente silenciados, Schnorr contribui para uma concepção de ensino de Filosofia que não apenas emancipa, mas também repara. Na EJA, essa abordagem permite que educandos se reconheçam como parte legítima do campo filosófico, rompendo com a lógica eurocêntrica e patriarcal que muitas vezes estrutura o espaço escolar.

O papel do educador, nesse contexto, não é o de mestre explicador, mas o de provocador de pensamento. Jacques Rancière (2002) nos lembra que “o mestre ignorante é aquele que ensina o que ignora, porque confia na inteligência do outro”. Ao romper com a lógica da explicação, o educador inaugura uma pedagogia da escuta, da presença e da potência. Ele não conduz o estudante ao saber, mas caminha ao lado, compartilhando o mundo como companheiro de travessia.

A prática filosófica na EJA exige não apenas metodologias dialógicas, mas também uma formação docente comprometida com a escuta e com a pluralidade de saberes. Valter Ferreira Rodrigues (2023) defende que o ensino de Filosofia deve ser pensado como uma experiência crítico-criativa, em que o professor não apenas transmite conteúdos, mas provoca o pensamento e acolhe a diversidade de vozes presentes na sala de aula. Para Rodrigues, formar professores de Filosofia é formar sujeitos capazes de filosofar com os outros, reconhecendo que o ato de pensar é sempre situado, encarnado e atravessado por experiências de vida. Na EJA, essa perspectiva é essencial para que o educador se torne um agente de permanência, capaz de transformar o espaço escolar em território de encontro e dissenso.

Em experiências vividas na EJA, vemos como a Filosofia pode transformar o espaço escolar. Quando os estudantes são convidados a pensar sobre temas como liberdade, justiça, identidade ou tempo, a sala de aula se torna um território de criação. A palavra circula, o pensamento se expande, e a permanência se fortalece. O estudante deixa de ser apenas receptor de conteúdo e passa a ser autor de ideias. Como diz Jorge Larrosa (2002), “a experiência é aquilo que nos transforma, que nos atravessa, que nos faz pensar”.

Filosofar na EJA é, portanto, um ato político. É afirmar que todos têm o direito de pensar, de falar, de existir. É construir uma escola que não apenas ensina, mas escuta. Que não apenas transmite, mas transforma. Que não apenas certifica, mas reconhece. É fazer da Filosofia uma prática de emancipação, uma pedagogia da igualdade, uma afirmação da potência de qualquer um.

Evasão e permanência: entre silêncio e a palavra

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é frequentemente tratada como um problema administrativo, uma falha na retenção de estudantes

que compromete indicadores e metas institucionais. No entanto, essa leitura superficial ignora as dimensões simbólicas, subjetivas e políticas que atravessam o abandono escolar. A evasão não é apenas ausência física – é também um grito silencioso, uma forma de resistência à escola que não escuta, que não reconhece, que não acolhe.

Quando o estudante se retira, ele está dizendo algo. Está dizendo que não se vê ali, que não se sente parte, que sua palavra não encontra espaço. A evasão, nesse sentido, é uma denúncia da ordem escolar que exclui, que hierarquiza, que silencia. Como afirma Jacques Rancière (1996), “a política começa quando os que não têm parte tomam a palavra e fazem ver o que não era visto, ouvir o que não era ouvido”. A evasão é, portanto, um gesto político, ainda que silencioso, que revela a estética da invisibilidade que permeia muitos espaços escolares. A ausência de espaços de escuta e pensamento crítico contribui para a evasão. Como afirmam Gallo, Cornelli e Danelon (2003), o ensino de Filosofia pode ser um lugar de resistência ao silenciamento, onde a palavra de qualquer um tem valor e potência.

Essa invisibilidade não é apenas física, mas simbólica. É a negação da escuta, da presença significativa, da possibilidade de ser reconhecido como sujeito pensante. Miguel Arroyo (2013) aponta que “os sujeitos da EJA são marcados por uma história de exclusão, mas também por uma história de resistência”. A evasão, nesse contexto, não é passividade, mas uma recusa ativa a ocupar um lugar que não lhes pertence, que não lhes escuta, que não lhes reconhece.

Por outro lado, a permanência não se dá apenas pela presença física. Ela acontece quando o estudante se reconhece como sujeito do pensamento, quando sua palavra é escutada, quando sua experiência é valorizada. Permanecer é sentir-se parte, é perceber que se tem algo a dizer, é saber que sua voz importa. Como afirma Jorge Larrosa (2002), “a experiência educativa só acontece quando há escuta, quando há tempo, quando há reconhecimento”.

É justamente aí que a Filosofia pode operar como prática de permanência. Ao abrir espaço para o pensamento, para o dissenso, para a criação de conceitos a partir da vida, a Filosofia transforma a sala de aula em território de escuta. O estudante deixa de ser objeto da educação e se torna sujeito do pensamento. A palavra circula, o silêncio se rompe, e a escola se torna lugar de encontro. Retomando Gallo, Cornelli e Danelon (2003), reafirmamos que o ensino de Filosofia é uma prática ética e política que pode transformar a escola em um território de escuta, reconhecimento e emancipação, especialmente na EJA, onde cada palavra é um ato de permanência.

A democracia radical de Rancière nos ensina que qualquer um pode pensar, e essa afirmação é profundamente transformadora na EJA. Ela rompe com o estigma da ignorância, com a lógica da explicação, com a hierarquia do saber. Em *O Mestre Ignorante*, Rancière (2002) afirma que “a igualdade não é um objetivo a ser alcançado, mas um ponto de partida a ser afirmado”. O estudante da EJA não é menos capaz, mas menos escutado. E a escola só cumpre sua função quando se abre à palavra de qualquer um.

Filosofar com jovens e adultos é, portanto, uma forma de resistir à evasão. É afirmar que ninguém é invisível, que todo pensamento importa, que toda trajetória merece ser escutada. É construir uma escola onde a permanência não é obrigação, mas desejo. Onde estar presente é estar em pensamento. Onde o silêncio dá lugar à palavra, e a palavra dá lugar à transformação.

Como diz Carlos Velasco (2010), “a escuta é o primeiro gesto filosófico, é o que permite que o pensamento aconteça”. Na EJA, esse gesto pode ser a chave para

transformar a evasão em permanência, o silêncio em palavra, a exclusão em reconhecimento.

Conclusão: permanência como acontecimento filosófico

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é apenas um dado estatístico ou uma falha institucional, é um acontecimento que revela tensões ontológicas e éticas sobre o lugar do sujeito na escola e no mundo. Ela expressa o silenciamento de existências, a negação da palavra como potência de ser, e a exclusão do pensamento como direito universal. Neste artigo, propomos uma leitura filosófica da permanência escolar como afirmação do pensamento, como gesto de confiança radical na inteligência de qualquer um.

Inspirados pela democracia radical de Jacques Rancière, deslocamos o papel do educador: não mais mestre explicador, mas companheiro de travessia, alguém que aposta na igualdade como ponto de partida. A escola, nesse sentido, não é espaço de transmissão, mas de acontecimento, onde o pensamento irrompe, onde o dissenso é bem-vindo, onde o saber não é propriedade, mas criação compartilhada.

Gilles Deleuze nos lembra novamente que “filosofar é criar conceitos”, e na EJA, essa criação emerge das margens, das experiências silenciadas, das vidas que resistem. O ato de filosofar torna-se, então, um gesto político: afirmar a presença como pensamento, a palavra como mundo, o corpo como território de criação. A permanência escolar, nesse horizonte, não é apenas estar, é pensar, é transformar, é existir com potência.

Carlos Velasco e Jorge Larrosa ampliam essa visão ao entender a educação como escuta radical e como abertura ao acontecimento. Educar, nesse sentido, é permitir que o pensamento aconteça onde menos se espera, é confiar que qualquer um pode filosofar, pode transformar-se, pode criar mundos. A escola deixa de ser espaço de controle e passa a ser território de emergência, onde o sujeito da EJA não é apenas aluno, mas filósofo em ato.

Concluimos, portanto, que a permanência escolar é um problema filosófico antes de ser pedagógico. Ela exige uma escola que não apenas ensine, mas que escute; que não apenas acolha, mas que reconheça; que não apenas mantenha corpos, mas que afirme existências pensantes. Permanecer é resistir ao apagamento, é afirmar-se como sujeito de palavra, de pensamento, de mundo. É fazer da escola um lugar onde a filosofia não é disciplina, mas vida.

Referências

- ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. São Paulo: Cortez, 2013.
- ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DELEUZE, Gilles. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GALLO, Silvio.; CORNELLI, Gabriele; DANELON, Márcio (orgs.). **Filosofia do ensino de filosofia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

IBGE. **Educação 2022:** Panorama da escolaridade no Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência.** Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20–28, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento:** política e filosofia. São Paulo: 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **O mestre ignorante:** cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RODRIGUES, Valter Ferreira; CARVALHO, Flávio José de (orgs.). **Filosofia para não filósofos – Volume 2:** Ensino de Filosofia, formação docente e ensino. João Pessoa: Editora UFPB, 2023.

SCHNORR, Giselle Moura; VALESE, Rui. **Filosofia Latino-Americana e Brasileira.** Curitiba: Editora Intersaberes, 2018.

VELASCO, Miguel. **Educação e escuta:** por uma pedagogia da palavra. São Paulo: Cortez, 2010.

VELASCO, Patrícia Del Nero. O estatuto epistemológico do Ensino de Filosofia: uma discussão da área a partir de seus autores e autoras. Pro-Posições, Campinas, v. 33, e20200018, 2022. Disponível em: SciELO - Pro-Posições. Acesso em: [02.08.2025].

Recebido em: 02/2026
Aprovado em: 05/2026